

Dinheiro dos EUA para o FMI. Um alívio para os credores.

Para alívio da administração Reagan e da comunidade financeira internacional, a Casa dos Representantes aprovou anteontem à noite, por 217 votos a 211, a participação dos Estados Unidos com cerca de 8,4 bilhões de dólares no aumento dos recursos do Fundo Monetário Internacional.

Como o projeto aprovado anteriormente pelo Senado difere do da Casa dos Representantes em diversos pormenores, uma comissão de conferência das duas casas terá de consolidar os textos, resolvendo suas diferenças.

As cotas dos países-membros do FMI, somam 31 bilhões de Direitos Especiais de Saque (DES) e, com o aumento de 47,5% decidido há alguns meses pelo comitê interno do Fundo, passarão para 90 bilhões de DES. Cada DES vale aproximadamente 1,06 dólar no momento. Mas o FMI administrará também o Acordo Geral de Empréstimo (GAB), cujos recursos passarão de 6,4 bilhões de DES para 17 bilhões de DES, uma vez que todos os países industrializados que participam do esquema ratifiquem seu aumento. Antes limitado ao uso de um punhado de países ricos, o GAB será aberto aos demais membros do FMI.

A participação americana no aumento das cotas é de 5,8 bilhões de dólares e, do GAB, ie 2,6 bilhões, aproximadamente.

Espera-se agora que até o final do ano o aumento das cotas globais seja efetivado, o que livrará o FMI de uma situação difícil. Os recursos a sua disposição escasseiam-se, tendo em vista o número de países que reivindiquem sua assistência. Segundo o próprio FMI, os recursos ordinários da organização cairão para sete bilhões de DES até o final do ano. Os recursos que tomou de empréstimo da Arábia Saudita e de outros países (3 bilhões de dólares) estarão mais do que comprometidos — na verdade, seis bilhões de DES acima dessa quantia. Isso significa que o FMI terá apenas um bilhão de dólares de excedente para atender novos países necessitados.

A administração Reagan pretende pedir aos líderes do Congresso que esperem até setembro para submeter o projeto da participação americana à comissão de conferência das duas Casas. Até lá, espera que a pequena margem de aprovação da medida na Casa dos representantes tenha sido esquecida. Além disso, a proximidade da realização do encontro anual conjunto do Fundo e do Banco Mundial, em Washington, exerceria algum tipo de pressão sobre o Congresso.

A administração Regan espera também que alguma das emendas aprovadas pela Casa dos Representantes sejam recusadas pela comissão de conferência. Sessenta emendas foram apresentadas e muitas aprovadas. Umas das emendas aceitas limitaria os lucros provenientes de comissões que os bancos cobram de países que renegociam suas dívidas. Outra ordena ao Departamento do Tesouro que determine o volume de lucros que os bancos americanos obtêm dos empréstimos concedidos a nações. Uma outra ainda requer que o Tesouro informe ao Congresso com 60 dias de prazo que o FMI pretende recorrer ao mercado de capitais dos Estados Unidos. Há ainda uma emenda que determina ao diretor-executivo dos Estados Unidos no FMI votar contra a concessão de empréstimos a países comunistas.

A. A. Pimenta Neves,
de Washington.